



## PRECATÓRIOS

# Plenário do Senado avalia destino da PEC

Após aval da CCJ, proposta deve ser votada hoje e precisa de, no mínimo, 49 votos dos 81 parlamentares para ser aprovada

» JORGE VASCONCELLOS

Por 16 votos a 10, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, a PEC dos Precatórios, com a qual o governo pretende viabilizar o Auxílio Brasil de R\$ 400, em substituição ao Bolsa Família. O aval ocorreu após o relator, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo na Casa, fazer alterações em seu parecer, a pedido de vários partidos.

A votação no plenário está marcada para hoje. O texto precisa de, ao menos, 49 votos favoráveis em dois turnos. Se for aprovado, voltará para apreciação da Câmara, já que sofreu modificações.

A PEC dos Precatórios, segundo estimativas do governo, deve abrir um espaço fiscal de R\$ 106 bilhões no Orçamento de 2022. Para isso, o texto altera o cálculo do teto de gastos e adia o pagamento de parte dos R\$ 89 bilhões previstos para serem quitados no ano que vem na forma de precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça.

O governo trabalha para que a PEC seja promulgada pelo Congresso a tempo de o benefício de R\$ 400 ser pago neste mês, antes do Natal, a 17 milhões de famílias. O Auxílio Brasil é a principal vitrine social do presidente Jair Bolsonaro, a pouco menos de um ano das próximas eleições.

Fernando Bezerra incorporou no relatório uma série de sugestões de senadores — principalmente do MDB e do PSD, as duas maiores bancadas do Senado — na tentativa de diminuir a resistência à PEC.

Em uma das modificações no texto, Bezerra definiu que todo o espaço fiscal a ser aberto pela PEC será vinculado ao

Pedro França/Agência Senado



Relator da PEC, Fernando Bezerra (D) incorporou ao texto as sugestões de senadores, principalmente do MDB e do PSD

pagamento do Auxílio Brasil, de despesas da Saúde, da Previdência Social e da Seguridade. Na versão anterior do parecer, apenas 60% desses recursos eram carimbados.

Outra mudança prevê que os precatórios do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) deverão ficar fora do cálculo do teto de gastos.

O relator também alterou o parecer no sentido de garantir o pagamento de três tipos de dívidas judiciais no subteto criada pela PEC para a quitação de

débitos dessa natureza em 2022 — esse limite é estimado pelo governo em R\$ 44 bilhões. Nessa lista de prioridades estão: Requisições de Pequenos Valores (RPV), uma espécie de precatórios com montantes de até R\$ 66 milhões; créditos em nome de idosos e pessoas com deficiência; e precatórios de natureza alimentar.

### Despesas

Os precatórios de natureza alimentar resultam de ações judiciais relativas a pensões, salários e aposentadorias. Na prática, são mais comuns entre a

população em geral, ao contrário dos créditos detidos por empresas, muitas vezes frutos de processos milionários.

De acordo com Bezerra, os gastos com as RPV seriam próximos de R\$ 20 bilhões em 2022. No caso de pessoas com mais de 60 anos e portadores de deficiência, o valor chegaria a R\$ 14 bilhões. A soma de prioridades seria de R\$ 42 bilhões — portanto, ainda dentro dos R\$ 44 bilhões citados pelo senador para o subteto. Por fim, os precatórios de natureza alimentar somariam R\$ 8 bilhões no próximo ano.

Segundo o relator, o subteto

para pagamento das prioridades nos precatórios seria reajustado ano a ano, pelas mesmas regras do aumento do teto de gastos.

Entre outros pontos importantes, a PEC permite o parcelamento das dívidas previdenciárias dos municípios em até 240 meses. O texto também dá um caráter permanente ao Auxílio Brasil, e não com vigência até dezembro de 2022, como era previsto no texto aprovado pela Câmara. Além disso, o novo programa social ficará isento da exigência de ter uma fonte específica de recursos, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

## Avanço no Auxílio Brasil

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou, ontem, que designou o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) para ser relator da Medida Provisória 1.061/2021, que institui o programa Auxílio Brasil, sucessor do programa Bolsa Família. A MP, na forma do texto do relator, deputado Marcelo Aro (PP-MG), foi aprovada pela Câmara, na quinta-feira, e está pronta para ser votada no Senado.

“Nós temos um prazo curto para poder apreciar, mas também temos o senso de urgência nessa medida provisória, e o senador Roberto Rocha, já agora, vai se dedicar à elaboração do texto e dar a posição e contribuição do Senado em relação à MP”, afirmou. “Certamente, será apreciada a tempo de se aprovar a MP do Auxílio Brasil. Vamos dar solução à PEC dos Precatórios, essa é a forma de o Senado colaborar com a sociedade brasileira na solução dos principais conflitos que se avizinham, agora, no final do ano.”

Pacheco anunciou, também, que pretende comunicar ao Supremo Tribunal Federal, hoje, a aprovação do Projeto de Resolução que altera as regras das emendas do relator no Orçamento (as RP9). “Para que o Supremo possa, então, tomar a sua decisão à luz de tudo quanto foi possível nós apresentarmos, de absoluta boa-fé para demonstrar a necessidade de se executar o orçamento da União, que, repito, é perfeitamente possível se identificar cada centavo para onde está indo. É nosso intuito buscar esse consenso”, ressaltou. (Agência Senado)

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Filiação de Bolsonaro ao PL pôs a ética em segundo plano

Ao lado do ex-deputado Valdemar Costa Neto, dono da legenda, o presidente Jair Bolsonaro formalizou, ontem, sua filiação ao PL, em ato que reuniu todas as lideranças do Centrão e consolidou sua base parlamentar, além de fortalecer sua campanha nos estados do Norte e do Nordeste, principalmente. O grande constrangimento na festa, porém, foi causado pelo senador Flávio Bolsonaro (RJ), que também se filiou à legenda. Ao discursar, o filho 01 chamou de ex-presidiário o ex-presidente Luiz Inácio Lula de Silva, principal concorrente do pai, segundo as pesquisas. Acontece que Costa Neto também é um ex-presidiário, com a diferença de que suas condenações não foram anuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O próprio Flávio Bolsonaro é um político enrolado, porque responde a processo no caso das “rachadinhas” do Rio de Janeiro, uma novela que não acaba. Ontem mesmo, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter seu foro privilegiado nesse caso, ou seja, seu destino continua nas mãos da Corte, que anulou quatro relatórios com provas do inquérito, mas manteve um. O discurso causou mal-estar

entre os políticos do Centrão, principalmente os que ainda estão respondendo a processos no Supremo.

Ao falar de corda em casa de enforcado, Flávio Bolsonaro desnudou a grande contradição da estratégia de reeleição de Bolsonaro: pôr em segundo plano a bandeira da ética na política, o que vem abrindo o flanco para o crescimento nas pesquisas do ex-ministro da Justiça Sergio Moro. Enfraquecido eleitoralmente — a avaliação positiva do governo está em apenas 19% —, Bolsonaro aposta todas as suas fichas na aprovação do Auxílio Brasil de R\$ 400, em tramitação no Congresso, que deve beneficiar 17 milhões de famílias de baixa renda, o que representa quase 85 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Na própria solenidade de filiação de Bolsonaro ao PL, a criação do Auxílio Brasil foi tratada como eixo de sua campanha e bandeira da legenda. O novo programa de transferência de renda do governo entra no lugar do Bolsa Família, que foi extinto, porque era considerado uma marca do governo Lula. Representará uma injeção de R\$ 51,1 bilhões em periferias, favelas e grotões do país, ou seja, além de garantir uma

## A CRIAÇÃO DO AUXÍLIO BRASIL FOI TRATADA COMO EIXO DA CAMPANHA DE REELEIÇÃO. O NOVO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO GOVERNO ENTRA NO LUGAR DO BOLSA FAMÍLIA

renda mínima aos beneficiados, impactará toda a economia local.

O risco dessa estratégia, porém, é a inflação, principalmente a carestia dos alimentos, porque será inevitável a comparação entre o poder de compra do Bolsa Família, cujo valor máximo era de R\$ 205, e o Auxílio Brasil. Essa comparação será feita na época da eleição, no carrinho do supermercado, principalmente por causa do valor da cesta básica, que hoje varia de R\$ 39,99, o modelo B (13 itens), a R\$ 139, o modelo H (29 itens).

### Natal dos pobres

Além do Auxílio Brasil, Bolsonaro aposta no chamado “orçamento secreto”,

a liberação de emendas parlamentares para os aliados do Centrão, que está sofrendo uma maquiagem para burlar o controle da opinião pública e dos órgãos de fiscalização. Pela regulamentação aprovada pelo Congresso na segunda-feira, além de não revelar os autores e a destinação das emendas que já foram executadas, o relator do Orçamento poderá aceitar propostas de emendas feitas diretamente por instituições e prefeituras, ocultando a intermediação do parlamentar que articulou a aprovação da emenda. Estima-se que essas emendas somam quase R\$ 30 bilhões na base dos parlamentares que aprovaram o novo regulamento.

A batalha decisiva para Bolsonaro consolidar essa estratégia eleitoral, focada na população de baixa renda, é a aprovação da PEC dos Precatórios. A proposta terá um impacto estimado de R\$ 106 bilhões no déficit fiscal, furando o teto de gastos nesse montante, o que está sendo muito criticado pelos analistas de mercado e agentes econômicos, entre outras coisas, porque gera mais inflação, alta dos juros e grande desvalorização da moeda.

O texto adia o pagamento de parte dos R\$ 89 bilhões previstos para serem quitados no ano que vem, na forma de precatórios — as dívidas da União reconhecidas pela Justiça. O governo trabalha para que a PEC seja promulgada pelo Congresso a tempo de o benefício de R\$ 400 ser pago em dezembro, antes do Natal. Com isso, Bolsonaro espera se apresentar aos eleitores como uma espécie de Papai Noel dos pobres, melhorar os índices de aprovação do governo e alavancar seu nome nas pesquisas eleitorais, aproveitando o clima de “ano-novo, vida nova” que costuma beneficiar os governantes.